

GT 12 – Dinheiro, interesses e democracia: estratégias de ação e influência no sistema político

Financiamento de campanha e perfil sociopolítico: o caso dos senadores e suplentes nas eleições de 2018

Icaro Gabriel da Fonseca Engler¹

Nilton Garcia Sainz²

Introdução

Este trabalho está inserido na temática que analisa as diversas questões presentes na relação entre dinheiro e a política. Como coloca Mancuso (2015), nos estudos de financiamento eleitoral, é possível identificar três discussões principais, sendo uma delas sobre os determinantes do investimento eleitoral, ou seja, sendo condicionado por outros fatores (MANCUSO, 2015). Da mesma forma que existem achados sobre a relação de uma elite político-empresarial e financiamento de campanha (JUNCKES et al, 2019) e uma relação ainda mais próxima entre os Senadores e a ocupação de “Empresário” (COSTA et al, 2014). Contudo, após as novas regras para as eleições de 2018, proibindo a doação de empresas privadas para as campanhas, existe uma reconfiguração dos padrões de financiamento.

Sendo assim, é necessário analisar qual é o padrão de financiamento eleitoral para os Senadores em 2018, considerando o papel do fundo partidário, mas também analisando quem são os demais financiadores das campanhas. Dentro deste quadro, este artigo perpassa a problematização entre os recursos econômicos e o sistema político, buscando analisar os padrões de financiamento eleitoral das chapas dos Senadores eleitos em 2018 em todo o País, evidenciando, principalmente, o peso do fundo partidário, do autofinanciamento e das doações de pessoas físicas nas doações para as campanhas. Contudo, a questão central deste trabalho é

¹ Pós-Doutorando em Ciência Política no PPGCPol da UFPel.

² Doutorando em Ciência Política no PPGP da UFPR.

verificar a existência de uma relação entre o tipo de financiamento das candidaturas com outras duas variáveis destes Senadores e seus Suplentes eleitos, sendo elas: i) os recursos sociais detidos, principalmente a profissão prévia e o patrimônio econômico declarado; e o ii) capital político disponível, notadamente a carreira política anterior demonstrada pelos cargos políticos já ocupados.

A pesquisa foi estruturada através do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo coletadas as seguintes informações: i) nomes, sexo, cor/raça, idade e escolaridade dos candidatos que compunham as chapas vencedoras para o Senado, nas eleições de 2018, totalizando um universo de 162 casos; ii) a declaração ocupacional destes casos, que também será agregada em ramos profissionais principais; iii) as declarações de bens, que serão agregadas em faixas de patrimônio; iv) a carreira política anterior ao cargo, se assim possuía; e v) os montantes de gastos na campanha, bem como os seus doadores, sendo que a partir desse dado será possível evidenciar o padrão de financiamento;

Partindo dessas informações, este artigo busca realizar uma pesquisa exploratória sobre as principais características dos Titulares, 1º Suplentes e 2º Suplentes, se há um padrão geral ou existem diferenças entre estes cargos, frente a perfis socioprofissionais e políticos. Em segundo lugar, é procurar identificar se existe alguma relação entre estes perfis e a lógica do financiamento de campanha, como por exemplo, a relação entre o capital político e o financiamento partidário e, no outro lado, atividades econômicas empresarias com o autofinanciamento eleitoral.

No tópico próximo tópico serão abordadas as variáveis relacionadas ao perfil socioprofissional de Titulares e Suplentes, em seguida será discutidas as informações sobre as trajetórias sociais prévias e as carreiras políticas desempenhas e, por fim, as lógicas e o padrão de financiamento para as chapas do Senado na eleição de 2018.

Perfil socioprofissional dos Titulares e Suplentes

Como já foi colocado anteriormente, um dos objetivos deste artigo é a construção do perfil sóciopolítico dos candidatos que compunham as chapas vencedoras nas eleições de 2018 para o Senado Federal. Sendo assim foram coletados os dados tanto dos Titulares, quanto dos Primeiros e Segundos Suplentes, totalizando um universo de 162 casos, por se tratar de uma eleição que renovou 2/3 das cadeiras dos Senadores.

Neste primeiro momento serão apresentadas as declarações destes casos sobre o seu “gênero” e “cor/raça”³, não sendo tomados apenas como características pessoais, mas também como recursos sociais de distinção, podendo apontar sub-representações ou super-representações de alguns tipos sociais dentro da instituição política mais alta do legislativo, sendo assim apontamentos para perfis de “elites” de um modo geral.

Analisando os 162 casos de forma conjunta, é possível identificar a grande representação masculina neste universo, representado 75,3% dos casos, frente aos 24,7% de mulheres. De acordo com os dados da PNAD⁴ de 2019, a população brasileira é relativamente equilibrada, segundo o sexo, com uma pequena maioria de mulheres (51,8%). Ocorrência que não se repete nos casos aqui analisando, pois a presença feminina nas chapas é menor do que ¼ dos casos, corroborando as considerações sobre o espaço político ser majoritariamente masculino. Este desequilíbrio se acentua ao cruzarmos a variável “gênero” com a posição ocupada na chapa ao Senado, como demonstra a Tabela 1:

TABELA 1 – Gênero por Posição na Chapa

Posição	Gênero		Total
	Homem	Mulher	
Titular	47	7	54
1º Suplente	43	11	54
2º Suplente	32	22	54
Total	122	40	162

A Tabela 1 vem reforçar as afirmações anteriores, demonstrando a grande presença de “Homens” em todas as posições da chapa, mas principalmente como Titulares, posição ocupada apenas por 7 mulheres. Estas, por sua vez, vão se concentrar como 2ª Suplente, posição na chapa que representa mais da metade dos casos de mulheres e, mesmo assim, sendo minoria ao serem comparadas com o gênero masculino. Ou seja, além dos dados gerais apontarem para uma predominância de “Homens” nas chapas vencedoras, existe ainda uma outra divisão, no interior destas, onde os casos de mulheres ficam concentradas na posição de 2ª Suplente.

Este fenômeno em relação ao “gênero” se repete ao analisar a variável “cor/raça”. Ou seja, no geral, 68,6% dos casos, pertencentes as chapas eleitas para o Senado, declararam sua “cor/raça” como “branca”, 22,8% como “parda” e 8,6% como “preta”. Novamente utilizando

³ Estes são os termos utilizados pelo TSE, por isso foram colocados entre aspas.

⁴ Dados extraídos da Pesquisa de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, no site www.ibge.gov.br.

as informações da PNAD, para uma comparação com a população, declararam-se brancos 42,7% dos brasileiros, pardos são 46,8%, pretos são 9,4% e amarelos ou indígenas são 1,1%.

É sabido que existe uma grande discussão sobre a construção da identidade racial no Brasil, que tem relação com o número de autodeclarações de “cor/raça” “preta”, não sendo possível adentrar nesse importante tema neste artigo. Contudo, observando os dados como estão colocados, já é possível identificar uma super-representação de casos declarados como “brancos” e uma sub-representação de “pardos” e, em menor grau, de “pretos”. Os “brancos”, nas chapas do Senado, representam um pouco mais de 2/3 dos casos, enquanto na sociedade brasileira não passam da metade, por outro lado, os declarados pardos são quase metade da população no Brasil, mas no universo desta pesquisa são menos de 1/4 dos casos.

Assim como na variável “gênero”, “cor/raça” também acabam se constituindo como um princípio de divisão na posição interna da chapa, como aponta a Tabela 2:

TABELA 2 – Cor/Raça por Posição na Chapa

Posição	Cor/Raça			Total
	Branca	Parda	Preta	
Titular	40	11	3	54
1º Suplente	39	12	3	54
2º Suplente	32	14	8	54
Total	111	37	14	162

De acordo com a Tabela 2, existe o predomínio dos casos declarados como brancos em todas as posições na chapa, com maior ocorrência entre os Titulares. Distribuição que se inverte no caso de pardos e pretos, onde a maior concentração desses casos é na posição de 2º Suplente, corroborando a afirmação de uma distribuição desigual pela “Cor/Raça” no interior das chapas de Senadores vencedoras.

Apenas com essas informações iniciais já é possível identificar as super e sub representações de grupos, comparando com a população brasileira, nas chapas vencedoras para o Senado, nas eleições de 2018. Os dados apontam para a existência de filtros na variável “gênero” e “cor/raça” que priorizam os homens brancos nas chapas, de modo geral, e também na posição de Titulares dessas chapas.

Sobre a idade deste universo no ano da eleição, são 16 casos (9,9%) com 40 anos ou menos, sendo que destes, 6 casos detêm 35 anos em 2018, idade mínima para se candidatarem ao cargo de Senador. Nas faixas seguintes, 48 casos (29,6%) com 41 anos a 50 anos, em seguida 41 casos (25,3%) com 51 anos a 60 anos, 40 casos (24,7%) com 61 anos a 70 anos e 17 casos (10,5%) com 71 anos ou mais.

Tabela 3 – Posição na Chapa por Faixa Etária

Faixa Etária	Posição na Chapa			Total
	Titular	1º Suplente	2º Suplente	
40 anos ou menos	5	7	4	16
41 anos a 50 anos	13	17	18	48
51 anos a 60 anos	17	10	14	41
61 anos a 70 anos	14	14	12	40
71 anos ou mais	5	6	6	17
Total	54	54	54	162

De acordo com a Tabela 3, é possível identificar que a maioria dos casos está na faixa de 41 anos a 50 anos, com uma predominância de sua frequência nas posições de 1º e 2º Suplentes e, em menor medida na de Titular, que concentra os casos na faixa de 51 anos a 60 anos e na faixa seguinte de 61 anos a 70 anos. Assim, pode-se afirmar que existe uma tendência dos Titulares serem mais velhos que os seus Suplentes, apontando um filtro de recrutamento para as posições nas chapas e do próprio Senado Federal.

Outro fator relevante de diferenciações sociais é o grau de escolaridade detido, sendo o diploma de ensino superior um importante capital cultural de distinção, principalmente se for um atributo raro, como é o caso da sociedade brasileira, onde apenas 17,4% das pessoas com 25 anos ou mais detém ensino superior completo. Este índice vem aumentando na sociedade brasileira, mas ainda é um número relativamente baixo se compararmos com o universo dessa pesquisa, onde 77% dos casos detém ensino superior completo.

Diferente das variáveis anteriores, existe uma leve predominância dos casos com superior completo entre os 1º Suplentes, contudo é na posição de 2º Suplente que se encontram a maioria dos casos sem ensino superior completo, como demonstra a Tabela 4:

TABELA 4 – Escolaridade por Posição na Chapa

Posição	Escolaridade				Total
	Superior Completo	Médio Completo	Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	
Titular	43	10	0	1	54
1º Suplente	46	4	2	2	54
2º Suplente	36	17	1	0	54
Total	125	31	3	3	162

Mesmo com menos casos de superior completo entre os Titulares, comparados com os 1º Suplentes, a porcentagem dos 54 senadores eleitos com diploma de ensino superior é a mesma atribuída ao Senado Federal (80%). Da mesma forma que, como veremos a seguir, a

tendência é que os 1º Suplentes desempenhavam ocupações profissionais externas a política antes da eleição, sendo o diploma universitário um requisito para certas funções. Por outro lado, a posição de 2º Suplente continua reunindo o atributo menos reconhecido socialmente, nesse item, os casos com até o ensino médio completo, ou seja, sem ensino superior completo.

Infelizmente, a partir das informações coletadas no TSE, não se tem os cursos superiores em que estes casos se formaram, da mesma forma que também não se sabe em quais instituições de ensino superior, sendo que estes dados também são importantes indicadores de capital cultural, fonte de distinção social que pode ser reproduzida no espaço político. Entretanto, foi possível coletar as informações sobre a “ocupação” declarada pelos 162 casos, um dado importante sobre a posição social dos agentes, e que será apresentado a seguir.

Como a informação sobre a “ocupação” dos 162 casos se trata de autodeclaração, há uma série de possíveis “usos” e “desusos” de determinados recursos socioprofissionais, ou seja, a tentativa de acionar trunfos sociais advindos das atividades ocupacionais prévias, das profissões que exigem ensino superior, ou mesmo dos cargos eletivos que se ocupa.

Por exemplo, pode se fazer o “uso” do diploma escolar como um trunfo, para declarar uma profissão sem que necessariamente tenha ocorrido o exercício da mesma, da mesma forma o “uso” de ocupações que não estão necessariamente condicionadas por um curso superior, como o caso de “empresário”, mas que é considerada uma atividade de “prestígio” por estar relacionada com o meio econômico. Outro ponto que merece menção é a declaração ocupacional a partir do cargo eletivo que se estava ocupando no momento da eleição de 2018, sendo que todos esses casos foram agregados na categoria “político”, independente da esfera e âmbito político que estava atuando. Neste sentido a autodeclaração da ocupação se torna uma forma de acionar trunfos sociais valorizados, como um recurso importante para a apresentação política.

No geral, mais da metade dos casos (56%) estão presentes nas quatro categorias ocupacionais: em primeiro lugar a de “políticos”⁵ (21%), seguida de “empresários” (19%), em terceiro a de “advogado” (10%) e “outros”⁶ (6%). As três primeiras categorias reforçam o que foi colocado anteriormente, onde a maioria dos casos faz o “uso” do cargo eletivo ocupado no momento da eleição se apresentando como “Deputado”, “Vereador”, etc. e aqui agregado na categoria “político”. Em seguida vem os que se declaram “empresário”, partindo então de suas atividades econômicas para a declaração ocupacional. Por último os que acionam uma atividade

⁵ Lembrando que todos os cargos políticos eletivos declarados foram agregados na categoria “políticos”.

⁶ A categoria “outros” é uma opção de resposta disponibilizada pelo próprio TSE.

profissional, que é a de “advogado”, condicionada pelo diploma de ensino superior em Direito, sendo este o requisito para essa declaração e não, necessariamente, o exercício da profissão.

Assim como nas variáveis anteriores, existe uma distribuição diferente da “ocupação” de acordo com a posição ocupada na chapa vitoriosa ao Senado, como é possível observar na Tabela 5:

TABELA 5 – Posição na Chapa por Ocupação

Ocupação	Posição na Chapa			Total
	Titular	1º Suplente	2º Suplente	
Político	24	5	5	34
Empresário	6	14	11	31
Advogado	3	9	4	16
Outros	2	2	6	10
Demais Respostas	19	24	28	71
Total	54	54	54	162

Será discutido no próximo tópico deste artigo a carreira política detida por cada um desses casos, mas por agora, a maior parte dos Titulares colocou como ocupação algum cargo eletivo que estava ocupando durante a eleição de 2018, acionando assim o capital político detido, que pode ser indício de uma carreira política. Por outro lado, no caso de 1º e 2º Suplentes, a maioria dos casos declarou uma ocupação externa a atuação política, sendo a mais frequente a atividade econômica de “empresário”, acionando assim tanto o capital econômico detido, como também a dimensão simbólica do mesmo.

Estas primeiras informações apontam para um perfil de Titulares muito mais voltados para a carreira política, enquanto que os Suplentes detêm suas trajetórias externas ao espaço político. Esses indícios parciais poderão ser melhor analisados posteriormente, ao se trazer os dados sobre os cargos eletivos já ocupados destes 162 casos, podendo corroborar esse padrão distinto dos perfis de acordo com a posição na chapa.

A última informação sobre o perfil social deste universo é referente ao patrimônio econômico declarado ao TSE, lembrando que é passível de discussão a veracidade destas declarações, tanto do seu conteúdo, quanto dos valores dos bens presentes. A questão é que se trata de uma informação oficial e única disponível sobre os recursos econômicos detidos, dessa forma, é preferível analisar as declarações, mesmo com essas ressalvas, do que desconsiderar completamente estes dados sobre o patrimônio de bens detidos.

Outro ponto que merece menção, é a própria ausência de informações mais gerais sobre a média de patrimônio da população brasileira. As informações sobre recursos econômicos são muito escassas no Brasil, ao ser comparado com outros países, seja sobre renda

ou patrimônio, não existindo uma divulgação por parte dos Institutos Demográficos ou mesmo pela Receita Federal. Por exemplo, procurando alguma informação sobre o valor médio de patrimônio no país, encontra-se um relatório da Oxfam, baseado em um estudo do Credit Suisse, indicando um patrimônio médio de R\$ 60 mil em 2017, para o Brasil. Outro dado encontrado foi extraído de um artigo⁷ elaborado a partir das declarações do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2018, organizado pela FGV Social, apontando um patrimônio médio de R\$ 41 mil.

Independentemente do valor escolhido, a discrepância entre a média de patrimônio da população brasileira e o universo desta pesquisa é gigantesca. No geral, a média do patrimônio dos ocupantes das chapas vencedoras ao Senado é de R\$ 9,48 milhões, onde se têm 14 casos (8,7%) sem patrimônio e 63 casos (38,9%) cujo montante é menos que R\$ 1 milhão, ou seja, mais da metade dos casos (52,4%) possui um patrimônio superior a R\$ 1 milhão. Nesta parte, são 53 casos (32,7%) que detêm um patrimônio entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões, 11 casos (6,8%) com patrimônio entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, e 21 casos (12,9%) cujo patrimônio ultrapassa os R\$ 10 milhões.

Ao cruzar a posição na chapa com as faixas de patrimônio é possível perceber a concentração dos casos com patrimônios acima de R\$ 1 milhão na posição de Titular e de 1º Suplente, assim como nas duas faixas mais elevadas, acima de R\$ 5 milhões, como demonstra a Tabela 6.

TABELA 6 – Posição na Chapa por Faixa de Patrimônio

Faixa de Patrimônio	Posição na Chapa			Total
	Titular	1º Suplente	2º Suplente	
Sem patrimônio	1	3	10	14
Menos de R\$ 1 milhão	17	18	28	63
R\$ 1 milhão a R\$ 5 milhões	22	20	11	53
R\$ 5 milhões a R\$ 10 milhões	6	4	1	11
Mais de R\$ 10 milhões	8	9	4	21
Total	54	54	54	162

Já na posição de 2º Suplente, encontram-se a maioria dos casos com patrimônio declarado menor que R\$ 1 milhão de reais e quase $\frac{3}{4}$ dos casos sem patrimônio declarado. Nas faixas superiores, apesar de existirem casos, a frequência é bem menor comparado com as outras duas posições na chapa.

⁷ <https://journals.openedition.org/confins/32463#quotation>

Existem 2 casos que merecem uma menção particular, por se tratar de dois patrimônios com elevada discrepância dos demais, sendo responsáveis por puxar a média para cima, contudo sem alterar a característica geral destes casos de deterem patrimônios elevados, visto que a maioria ocupa as faixas a cima de R\$ 1 milhão. O primeiro caso é de Oriovisto Guimarães, Titular na chapa vencedora do Estado do Paraná, ficando na primeira colocação. Declarou como ocupação a de “empresário” e seu patrimônio é de aproximadamente R\$ 240 milhões, sendo um dos fundadores do Grupo Positivo, uma holding sediada em Curitiba/PR que atua nos ramos da educação, editoração e informática. O segundo caso é de Ogari de Castro Pacheco, 2º Suplente na chapa de Carlos Eduardo Torres Gomes, declarou sua ocupação como “médico” e seu patrimônio é de aproximadamente R\$ 408 milhões, advindos de sua empresa farmacêutica, Laboratório Cristália, na qual foi cofundador, que se constitui em um complexo industrial atuando em diferentes ramos da produção de fármacos.

Visto que existe uma grande ocorrência de patrimônios a cima de R\$ 1 milhão, foi feita uma análise nas declarações entregues ao TSE, procurando a presença de bens relacionado a atividades econômicas, sendo encontradas em 62 casos. Destes, 26 casos são os Titulares das chapas, 20 casos são os 1º Suplentes e 15 casos são 2º Suplentes. Ou seja, a maior frequência de empresas, de modo geral, está entre os Titulares, trazendo indícios de diversificação de posições sociais, onde é possível a atuação política concomitantemente com outras atividades econômicas, não sendo necessário o abandono total de uma delas para a entrada em outra.

Após o levantamento desses dados, é possível construir um perfil social partindo dos principais recursos detidos pelos casos que compuseram as chapas vencedoras ao Senado nas eleições de 2018. De modo geral são majoritariamente homens (75,3%); brancos (68,6%); com idade, principalmente, entre 41 anos a 60 anos (54,3%); detêm ensino superior completo (77%); a maioria dos casos declarou sua ocupação como sendo “político” (21%), seguido de “empresário” (19%) e “advogado (10%), onde estas 3 categorias totalizam 50% dos casos; com mais da metade dos caso (52,4%) com um patrimônio acima de R\$ 1 milhão.

Para além desse perfil geral, foi possível identificar a distribuição de recursos específicos de acordo com a posição na chapa, sendo assim, também é possível construir um padrão de características para os Titulares, 1º Suplentes e 2º Suplentes, sendo resumidos no quadro seguinte.

QUADRO 1 – Perfil por Posição na Chapa

Variável	Posição na Chapa		
	Titulares	1º Suplente	2º Suplentes
Gênero	Predomínio de Homens	Predomínio de Homens	Concentração dos casos de Mulheres
Cor/Raça	Predomínio de Brancos	Predomínio de Brancos	Concentração dos casos de Pardos e Pretos
Idade	Tendência a serem mais velhos (mais de 51 anos)	Tendência a serem mais novos (50 anos ou menos)	Tendência a serem mais novos (50 anos ou menos)
Escolaridade	Predomínio de Ensino Superior Completo	Concentração dos casos com Ensino Superior Completo	Concentração dos casos sem Ensino Superior Completo
Ocupação	Maioria de "Políticos"	Maioria de "Empresários"	Maioria de "Empresários"
Patrimônio	Maioria com Patrimônio acima de R\$ 1 Milhão	Maioria com Patrimônio acima de R\$ 1 Milhão	Maioria com Patrimônio abaixo de R\$ 1 Milhão ou Sem Patrimônio

Nesse sentido, as características gerais devem ser interpretadas como recursos sociais que selecionam e consagram um determinado perfil de indivíduos para acessar o espaço político e, mais especificamente, o Senado Federal. Ou seja, são processos sociais que garantem a super-representação de grupos que não são a maioria da sociedade brasileira, mas nos espaços de poder se tornam predominantes, ocupando as posições eletivas e funções de poder político. Por outro lado, há um outro processo de recrutamento e seleção interior as próprias chapas eleitas para o Senado em 2018, consagrando, novamente, um perfil específico para as posições de Titulares, enquanto os poucos casos que possuem características distintas desse perfil são alocadas nas posições de coadjuvantes das chapas, principalmente na posição de 2º Suplente.

A questão que este trabalho procura elucidar, em seguida, é a relação possível desses perfis com os recursos específicos do campo político, notadamente, a carreira política detida e o tipo de financiamento eleitoral destas chapas.

Trajatória social e carreira política prévias

Feito a construção do perfil socioprofissional dos Titulares, 1º Suplentes e 2º Suplentes, este tópico pretende abordar os recursos políticos detidos por estes casos, tomando as carreiras políticas desempenhadas, a partir dos cargos eletivos ocupados antes da eleição para o Senado em 2018. Como será demonstrado em seguida, existem casos de Titulares sem carreira política prévia, sendo necessário então apreender as trajetórias sociais anteriores a essa entrada na política pelo topo, visto que o primeiro sucesso eleitoral e cargo político ocupado são para o

Senado Federal. Nessa lógica, tanto os recursos políticos, adquiridos na carreira, quanto os recursos sociais, adquiridos nas trajetórias, são convertidos em trunfos, acionados dentro da disputa eleitoral como forma de legitimação da candidatura e de competência para o cargo.

A primeira informação que será apresentada é referente aos cargos eletivos ocupados antes da eleição para o Senado em 2018, sendo que estes dados constituem o tipo de carreira política detida por estes casos, ou seja, quanto maior a quantidade de cargos ocupados previamente, maior é o tempo de pertencimento ao espaço político. Nesse sentido, longas carreiras são indícios de profissionalização política, no sentido mais elementar de “se viver de e para a política”. Da mesma forma que a entrada de “novatos”, casos sem carreira política, pode ser um indício de um baixo custo de reconversão de recursos sociais para a apresentação política e sucesso eleitoral, sendo ainda mais significativo para o caso do Senado, visto que é o órgão mais alto em uma possível hierarquia das instituições legislativas.

No geral, são 76 casos (46,9%) que nunca ocuparam nenhum cargo eletivo anteriormente, ou seja, iniciaram sua carreira política sendo eleitos nas chapas para o Senado em 2018. Em seguida, são 37 casos (22,9%) que detiveram entre 1 a 2 cargos eletivos prévios; 28 casos (17,3%) com 3 a 5 cargos eletivos prévios; e 21 casos (12,9%) com 6 cargos ou mais ocupados antes do sucesso nas eleições de 2018. Apesar da maioria dos casos (53,1%) já terem ocupado algum cargo eletivo previamente, existe um número expressivo de “novatos”, sem carreira, e de casos que estão no início de carreira.

TABELA 7 – Posição na Chapa por Cargos Eletivos Prévios

Cargos Eletivos Prévios	Posição na Chapa			Total
	Titular	1º Suplente	2º Suplente	
Nenhum	10	28	38	76
1 a 2	8	17	12	37
3 a 5	17	7	4	28
6 ou mais	19	2	0	21
Total	54	54	54	162

Ao cruzar a posição ocupada na chapa, com a carreira política prévia, é bem significativa a distribuição dos casos, como demonstra a Tabela 7. Visto que, dos 76 casos sem carreira prévia, 86,8% ocupam as posições de suplência nas chapas, sendo a posição de 2º Suplente a que mais concentra casos, por exemplo, a média de cargos ocupado dos 1º Suplentes é de 1,2 cargos, entre os 2º Suplentes 0,6 cargos. Ou seja, a característica dos Suplentes é não deterem nenhuma carreira política prévia e, dos casos que detém, não passar de 1 a 2 cargos previamente ocupados, apontando um distanciamento das funções políticas eletivas.

Entre os Titulares essa característica se inverte, pois 2/3 dos casos já ocuparam 3 cargos eletivos ou mais, com uma média de 3,6 cargos prévios, apontando para uma carreira política consolidada. Afirmção que pode ser reforçada ao se observar que a maior parte dos casos já ocupou 6 cargos eletivos ou mais, tendo 2 casos com mais de 9 mandatos prévios e um com 10 mandatos prévios, indicando algum grau de profissionalização política, sendo, também, um filtro de seleção e recrutamento para o Senado.

Mesmo assim, isso não impede a presença de 10 casos considerados “novatos”, ou seja, sem carreira política prévia, tendo como primeiro sucesso eleitoral o cargo de Senador, visto que são os Titulares das chapas. Apesar desse dado não descartar as afirmações anteriores, é interessante observar a posição prévia destes Titulares para uma melhor compreensão desse sucesso eleitoral e recrutamento para o Senado, até para uma caracterização da própria eleição de 2018, como foi dito anteriormente, a primeira sem o financiamento empresarial.

Por exemplo, nas eleições de 2018, estavam em jogo 54 cadeiras do Senado (2/3), onde 32 Senadores concorreram a eleição e apenas 8 se reelegeram. Ou seja, dos titulares aqui analisados, apenas 8 casos já eram Senadores, buscaram a reeleição e obtiveram sucesso, 5 casos como o mais votados e em 3 casos como o segundo mais votados.

Dos demais Titulares eleitos com carreira política (36 casos), para a maioria deles (19 casos,) o último cargo político ocupado, antes da eleição de 2018, foi o de Deputado Federal, já atuando assim no Congresso Nacional, mas na Câmara dos Deputados. Outros 5 casos eram Deputados Estaduais, antes de serem eleitos Senadores; 3 casos eram Vereadores; 2 casos de Ministros; 2 casos de Governadores; 2 casos de Prefeitos; 1 caso de Vice-Governador; 1 caso de Secretário Estadual; e 1 caso de Secretário Municipal. Sendo assim, é um tanto diversa a posição política anterior ao sucesso eleitoral de 2018, passando por cargos do âmbito municipal, estadual e federal; por cargos do poder legislativo e executivo; e também por cargos eletivos e de confiança. Desses, 16 casos foram os mais votados em seus Estados e 20 casos ficaram com a segunda vaga que estava em disputa.

No caso dos 10 “novatos”, que não ocuparam nenhum cargo eletivo prévio, as informações coletadas são referentes a trunfos sociais possível de serem usados como atributos políticos. Como por exemplo o caso de Alessandro Vieira, eleito Senador pelo Sergipe, ficou conhecido pelo seu trabalho como Comandante da Polícia Civil, posição na qual realizou diversas operações de combate à corrupção contra políticos, empreiteiro e financiadores de campanha, chegando a efetuar prisões contra esses grupos. Essa atuação ocorreu ao mesmo tempo em que a Lava-Jato ganhava destaque nacional, dando visibilidade para o, então, Comandante. Eann Styvenson Valentim Mendes, Senador eleito pelo Rio Grande do Norte,

também ganhou visibilidade através da sua atuação como Policial, sendo o Capitão da Polícia Militar do Estado, se notabilizando por prisões e pela coordenação da Operação Lei Seca, no combate à embriaguez ao volante.

Outro nome ligado a Segurança Pública é Fabiano Contarato, eleito Senador pelo Espírito Santo, atuou como Delegado da Polícia Civil, mas foram os cargos de Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-ES) e a nomeação como Corregedor-Geral do Estado que lhe garantiram uma grande visibilidade. Marcos Ribeiro do Val, também eleito Senador pelo Espírito Santo, não chegou a desempenhar a função de policial, mas fundou uma empresa de segurança voltada ao treinamento de policiais e, a partir dela, tem dado palestras e cursos como instrutor, participando de diversos programas televisivos e analisando casos midiáticos de abordagem policial.

Selma Rosane Santos Arruda, eleita Senadora pelo Mato Grosso, também não era policial, mas ganhou visibilidade pela sua atuação na Magistratura no Tribunal de Justiça do Estado, ao sentenciar prisões de políticos envolvidos em corrupção, sendo apelidada de “Moro de Saias”, em referência ao Juiz Sérgio Moro. Atualmente, ela não ocupa mais o cargo de Senadora, pois seu mandato foi cassado em dezembro de 2019 por abuso de poder econômico e captação ilícita de recursos.

Para Carlos Alberto Dias Viana, Senador eleito por Minas Gerais, sua visibilidade se deve ao seu trabalho de jornalista, atuando como âncora de diferentes programas na televisão e no rádio, mais voltados para o jornalismo de cobertura policial, ficando assim conhecido pelo público.

Foi a carreira no esporte de Leila Gomes de Barros Rêgo, eleita Senadora pelo Distrito Federal, que garantiu sua visibilidade, visto que foi duas vezes medalhista olímpica pela Seleção Brasileira Feminina de Voleibol. Também fundou projeto social Brasília Vôlei, voltado para crianças e adolescentes das periferias do Distrito Federal.

Luis Eduardo Grangeiro Girão, eleito Senador pelo Ceará, também ganhou visibilidade através do esporte, mas como Presidente do Fortaleza Esporte Clube, também é o fundador de uma entidade sem fins lucrativos, que atua na área social voltada para projetos culturais, chamada Associação Estação da Luz. Para além dessas atividades, também é empresário no ramo de hotelaria, transporte de valores e segurança privada.

O caso de Oriovisto Guimarães já foi comentado anteriormente, devido ao seu patrimônio elevado, derivado da sua atividade no Grupo Positivo, do qual é um dos fundadores e foi Diretor-Presidente por 40 anos, foi também Reitor da Universidade Positivo por 10 anos. Atuou também no Conselho de Educação do Paraná durante três gestões.

Por último, Soraya Vieira Thronicke, eleita Senadora por Mato Grosso do Sul, é dona de uma rede de motéis no Estado, ganhou visibilidade por sua atuação em movimentos de rua a partir de 2013, integrando os grupos “Pátria Livre” e “Reaja Brasil”, foi a organizadora de protestos contra Dilma Rousseff, então Presidente.

Dentro desse quadro, existe uma diferenciação entre os Titulares e os Suplentes, já evidenciada anteriormente a partir do perfil social, e reforçada pelas informações sobre a carreira política, onde os cabeças das chapas são caracterizados por terem ocupado vários cargos políticos eletivos prévios, e os Suplentes, a maioria, por não terem ocupado nenhum. De todo modo, o padrão para os Titulares eleitos é deterem uma carreira política prévia, sendo que isso não impede que ocorra algum tipo de “renovação” dentro do Senado Federal, pois dos 32 Senadores que tentaram a reeleição, apenas 8 obtiveram êxito e não necessariamente foram os mais votados em seus Estados. Outros 36 casos advêm de outros cargos eletivos, principalmente o de Deputado Federal, reforçando o peso dos recursos políticos adquiridos para obterem sucesso eleitoral. Mesmo assim, existe a possibilidade de utilizar recursos sociais como trunfos políticos, que são os 10 casos que nunca ocuparam nenhum cargo eletivo prévio e obtendo o seu *debut* político pelo topo, o Senado Federal, inclusive com 6 destes sendo os mais votados em seu Estado. Mas, como foi demonstrando, detinham uma visibilidade derivada de suas trajetórias externas a política institucional, a partir de suas atividades profissionais e ocupacionais.

Lógicas do financiamento eleitoral em 2018 para o Senado

O último tópico abordado neste artigo é sobre as lógicas do financiamento eleitoral das chapas eleitas para o Senado em 2018. Lembrando que esta é a primeira eleição sem o financiamento empresarial das candidaturas, sendo possível então o financiamento partidário, as doações de pessoas físicas e a utilização dos recursos próprios, que são as doações dos próprios membros da chapa. Para além do levantamento dessas informações, busca-se analisar a existência de alguma relação entre o Perfil Socioprofissional e Político com os padrões de financiamento das chapas.

A média dos valores gastos pelas chapas vencedoras na campanha de 2018 foi de aproximadamente R\$ 1,773 milhão, onde 15 chapas (27,8%) gastaram menos de R\$ 1 milhão, outras 15 chapas (27,8%) gastaram entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões e, por fim 24 chapas (44,4%) gastaram mais de R\$ 2 milhões. para uma melhor análise dessa distribuição, na Tabela

8 foi feito um cruzamento entre os gastos de campanha e a posição política dos Titulares antes da eleição para o Senado

TABELA 8 – Gastos de Campanha por Posição Política

Gastos de Campanha	Posição Política			Total
	Senadores Reeleitos	Políticos Eleitos	Novatos na Política	
Menos de R\$ 1 milhão	1	9	5	15
Entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões	4	9	2	15
Mais de R\$ 2 milhões	3	18	3	24
Total	8	36	10	54

Os casos com maiores gastos de campanhas são os de “Políticos Eleitos”, que já detinham carreira política prévia e não ocupavam uma cadeira no Senado na eleição de 2018. Já a maior parte dos Senadores reeleitos, teve um gasto na faixa média de campanha, entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões, acompanhados de uma tendência a gastarem para além dessa faixa, visto que somente 1 caso gastou menos de R\$ 1 milhão e 3 casos mais de R\$ 2 milhões. Os menores custos das campanhas ficaram com os Novatos na política, dos 10 casos metade gastou menos de R\$ 1 milhão de reais. Esses trazem indícios que o sucesso eleitoral e a entrada na política é o resultado do uso de diferentes recursos, não bastando apenas o dinheiro, ou o pertencimento prévio a político ou mesmo ao Senado, mas sim a possibilidade de uso de diferentes trunfos disponíveis.

Analisando de forma particular, existe uma discrepância muito grande ao serem analisados os extremos dos totais de campanha, por exemplo, as 3 chapas com maior gasto foram a de Mara Cristina Gabrilli (aproximadamente R\$ 5,3 milhões), que já detinha uma carreira prévia, assim como, Rodrigo Otávio Soares Pacheco, com o segundo maior montante (aproximadamente R\$ 3,8 milhões), e, por último, Oriovisto Guimarães (aproximadamente R\$ 3,4 milhões), sendo um novato na política, tendo como seu primeiro cargo o de Senador.

Do outro lado, todos os 3 casos são novatos na política, ou seja, nunca ocuparam um cargo eletivo antes da eleição de 2018. O que menos gastou, foi de Eann Styvenson Valentim Mendes, com um custo de uma campanha vencedora ao Senado de apenas R\$ 44.561,41, o segundo valor mais baixo, foi de Soraya Vieira Thronicke que gastou R\$ 76.001,00, seguido por Alessandro Vieira que teve um custo de R\$ 102.518,08.

Outro dado importante é saber o custo por voto, ou seja, divide-se o valor total gasto na campanha pela quantidade de votos recebidas, pois existem diferenças entre os Estados, principalmente no número de eleitores. Sendo assim, a média geral do custo por voto é de R\$

3,11 e o menor custo foi de Sérgio Olímpio Gomes (R\$ 0,04 por voto), político com uma carreira prévia, sendo o Senador mais votado do Brasil e eleito por São Paulo, recebeu ao todo mais de 9 milhões de votos, gastando apenas R\$ 380 mil. Em segundo está Eann Styvenson Valentim Mendes (R\$ 0,06 por voto), que já foi apresentado no parágrafo anterior, teve o menor custo de campanha, sendo o mais votado no Rio Grande do Norte, com aproximadamente 745 mil votos. Em terceiro está Flávio José Arns (R\$ 0,14 por voto), político tradicional do Estado do Paraná, eleito na segunda vaga para o Senado, gastou aproximadamente R\$ 320 mil e recebeu mais de 2,3 milhões de votos.

Na outra ponta, o voto mais caro foi de Antônio Mecias Pereira de Jesus (R\$ 27,88 por voto), político tradicional de Roraima, eleito em segundo lugar, gastou na campanha aproximadamente R\$ 2,3 milhões e obteve 85.366 votos. Seguido de Marcio Miguel Bittar (R\$ 11,17 por voto), político com carreira prévia no Estado do Acre e segundo mais votado, com 185.066 votos e gastando mais de R\$ 2 milhões na campanha. Em terceiro, Confúcio Aires Moura (R\$ 10,78 por voto), também eleito em segundo lugar, sendo um político tradicional de Rondônia, gastou aproximadamente R\$ 2,4 milhões e recebeu mais de 230 mil votos por.

Como foi colocado anteriormente, existe uma amplitude muito grande em relação ao total de gasto pelas campanhas, bem como a relação desse montante com os votos recebidos, onde não existe uma conversão automática entre a quantidade de dinheiro disponível e os votos recebidos, sendo influenciados por outras variáveis próprias do jogo político e eleitoral, como os apoios recebidos e as alianças feitas durante as campanhas. Dessa forma o financiamento se torna mais um tipo de consagração de possíveis candidatos fortes, antes da necessária relação entre dinheiro e votos. Ou seja, deter uma quantia de dinheiro para realizar a campanha já é um indício de que uma candidatura competitiva, sendo que isso fica mais evidente ao analisar o grande número de casos com o financiamento partidário desses casos.

Das 54 chapas eleitas, em 40 delas (74%) a principal fonte de financiamento foi pelo partido, chegando a financiar mais de 85% da campanha em 21 casos. Nesse sentido, o padrão de financiamento das chapas eleitas para o Senado em 2018 é o financiamento partidário, com uma média de doações que são equivalentes a 80% dos custos das campanhas. Contudo, ainda é possível observar algumas particularidades nos tipos de doações, principalmente em relação ao tipo de financiamento e a posição política dos Titulares das chapas, como é possível visualizar na Tabela 9.

TABELA 9 – Financiamento de Campanha por Posição Política

Financiamento de Campanha	Posição Política			Total
	Senadores Reeleitos	Políticos Eleitos	Novatos na Política	
Partidário	8	30	2	40
Pessoa Física	0	1	4	5
Autofinanciamento	0	5	4	9
Total	8	36	10	54

A posição política detida é fundamental para compreender o tipo de financiamento de campanha recebido, como a relação entre o capital político detido e o financiamento partidário, ou seja, o fomento partidário de nomes já consolidados. Como, por exemplo, para os Senadores Reeleitos, todos os 8 casos, as doações partidárias foram a principal fonte de financiamento, cobrindo, em média, 90% dos gastos de campanha.

O padrão do financiamento partidário se repete para 30 casos de políticos eleitos, cujo cargo anterior não era o de Senador, para estes, a média das doações partidárias representou 79,4% dos gastos da campanha. Deste grupo, ainda existem 5 casos que os principais doadores foram os próprios candidatos das chapas, garantindo uma média de 55% dos gastos com a campanha, configurando assim em autofinanciamento, sendo que em apenas um destes casos o Titular é o maior doador, nos demais 4 casos os maiores doadores são os Suplentes das chapas. Em um caso, a principal fonte de doação das campanhas veio de Pessoas Físicas, mas de forma pulverizada sem um doador como principal financiador, tanto que se considerarmos quem foi o maior doador de forma individualizada, está o diretório partidário estadual, cobrindo 29% dos gastos, seguido das doações da candidatura do Presidente da República, cobrindo 28% dos gastos.

Por fim, o padrão do financiamento partidário não ocorre nos casos de Novatos na Política, pois em apenas 2 deles o partido é o principal financiado da campanha, garantindo uma média de 92% dos gastos. Outros 4 casos se enquadraram no autofinanciamento, sendo que em 3 deles o maior doador foi o próprio Titular da chapa. No outro caso o principal doador informado consta como uma pessoa física, entretanto ela é a esposa do 2º Suplente, com uma doação que cobriu 59,5% da campanha, seguida da doação do próprio Suplente cobrindo 16,9% dos gastos, então se optou por enquadrar este caso no auto financiamento. Nos demais 4 casos de “novatos”, as doações vieram de Pessoas Físicas, contudo, em 2 casos elas são de forma pulverizada, tanto que o principal doador de uma delas é o próprio Titular e em outra é o diretório nacional do partido. Nos outros 2 casos os principais doadores são Pessoas Físicas e não possuem nenhuma relação, encontrada, de parentesco com qualquer membro da chapa.

Apesar do financiamento partidário ser o padrão de fomento das campanhas, ele está acompanhado com o padrão das carreiras políticas detidas pelos Titulares das chapas, atuando de forma massiva com todos os Senadores reeleitos e na grande maioria dos demais casos com carreira política, mas já em uma porcentagem menor de cobertura dos valores das campanhas. Padrão que se inverte no caso dos 10 “novatos”, onde apenas 2 deles foram enquadrados no financiamento partidário, os demais metade buscou arrecadar entre pessoas físicas e a outra metade se autofinanciando.

Outro dado interessante é que, dos 9 casos gerais de autofinanciamento, em 8 deles o principal doador da campanha, seja o Titular ou o Suplente, detinha atividades empresariais. Ou seja, ao não disporem do financiamento partidário, é primordial a composição da chapa com pessoas que detenham recursos econômicos para cobrirem os custos da campanha, nesse caso, empresários.

Conclusões

Através dessa pesquisa foi possível explorar uma diversidade de informações sobre os 162 casos de Titulares e Suplentes eleitos para o Senado em 2018. Foi possível analisar tanto dados sobre variáveis de perfil socioprofissional, quanto de trajetória social, carreira política e, chegando, ao financiamento eleitoral das chapas vencedoras. Por se tratar de uma pesquisa exploratória, priorizou-se a apresentação dos dados coletados, entretanto é possível retirar certas conclusões a partir do que foi discutido.

Em primeiro lugar, assim como Neiva e Izumi (2012), analisando as eleições de 2006 e 2010 encontram um perfil diferente entre Titulares e Suplentes do Senado, esse padrão se repete para a eleição de 2018, sendo possível identificar a mesma lógica da presença de carreira política para os Titulares e a presença de Empresários nos suplentes, como afirmam os autores. Contudo essa pesquisa foi além dessas variáveis, verificando distinções de gênero, cor/raça, idade e escolaridade. Basicamente o perfil dos Titulares é constituído de um padrão de homens, brancos, com mais de 50 anos na grande maioria dos casos. Isso não quer dizer que o perfil dos suplentes seja majoritariamente diferente disso, mas as características são mais diversificadas, principalmente no caso de 2º Suplente, que concentra os casos de mulheres, de pretos e pardos, de pessoas com menos de 50 anos, com menor escolaridade e baixo patrimônio. Os 1º Suplentes são mais escolarizados e detêm um maior patrimônio que os Titulares e 2º Suplentes. Ou seja,

foi possível identificar uma distinção de perfil de acordo com a posição na chapa eleita para o Senado.

Outra questão é referente ao tipo de entrada na política, como apontam diferentes estudos (COSTA e CODATO, 2013; LEMOS e RANINCHESKI, 2008) o processo de recrutamento para o Senado tende a favorecer candidatos com carreiras políticas consolidadas, sendo assim um dos filtros mais seletivo dos cargos eletivos para o legislativo. Junto com essa discussão, também está presente a lógica de recrutamento-lateral, procurando identificar recursos sociais que poderiam adiantar a entrada no Senado, sem necessariamente percorrer uma longa carreira política, tendo como foco, por exemplo, os empresários, que dispõem de recursos econômicos que poderia influenciar no jogo eleitoral (COSTA et al, 2014). Sendo assim, a análise das eleições de 2018 para o Senado, corroboram o padrão de recrutamento fechado do Senado, em relação aos Titulares, priorizando políticos com carreira prévia. Mesmo assim, foi possível identificar o recrutamento de “novatos” na política, onde a visibilidade destes casos foi derivada da trajetória profissional que detinham, ou seja, foi através da ocupação de cargos externos a política institucional que foram adquirindo notabilidade e entraram na política pelo Senado.

Sobre a lógica de financiamento eleitoral em 2018, foi possível observar a relação entre a quantidade de capital político detida e o financiamento partidário, ou seja, como apontam outros estudos, as candidaturas consideradas mais competitivas no jogo eleitoral acabam recebendo e concentrando os recursos via partidos (BOLOGNESI et al, 2020). Entretanto, essa lógica também é um indício do peso de políticos tradicionais dentro da própria organização partidária, não tomando a instituição “partido” como algo em abstrato, mas composto de dirigentes e, principalmente, de pessoas com mandatos eletivos, não sendo lógicas separadas. Por outro lado, o peso do autofinanciamento também está relacionado com a quantidade de capital político, mas nesse caso com a ausência de cargos políticos prévios, sendo necessário para estes “novatos” recorrer a outro tipo de financiamento, que não o via partido. Então, nestes casos, foi possível identificar que os principais doadores são as próprias pessoas que compõem as chapas, onde quase todos também detinham atividade empresarial. Ou seja, no caso dos novatos foi possível identificar a relação entre a presença de empresários na chapa e o autofinanciamento.

Referências Bibliográficas

BOLOGNESI, Bruno et al. Como os partidos distribuem o dinheiro. Estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 2014, 2020.

COSTA, Luiz; CODATO, Adriano. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República. In: MARENCO, André (Org.). **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

COSTA, Paulo; COSTA, Luiz; NUNES, Wellington. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, n.14, 2014.

JUNCKES, Ivan Jairo et al. Poder e democracia: uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.34, n.100, 2019

LEMOS, Leany e RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, Leany (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008.

MANCUSO, W.P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os senadores suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, 2012.